

**Nota prévia**



As sociedades modernas, dominadas por enormes quantidades de informação que circulam ao alcance da mão, marcadas pelas mudanças rápidas e pela complexificação dos sistemas que as compõem e dos problemas e desafios que nos colocam, desesperam pela construção de conhecimento para todos e pela evolução para formas de organização mais inteligentes, aprendentes e educativas... Uma tal situação coloca a escola perante maiores exigências e dificuldades, para além de ser um convite a que se atribuam novas funções à instituição escolar.

Contudo, a escola, pelo menos tal como a conhecemos hoje, não pode receber mais e mais obrigações que acresçam às funções de ensinar e de educar que tem procurado exercer. Pelo menos não parece viável que assuma sozinha tais obrigações. A dimensão e complexidade das novas exigências formativas e educativas parecem mesmo indicar que a única forma de a instituição escolar poder dar resposta aos desafios que o mundo de hoje lhe coloca será através do estabelecimento de múltiplas parcerias e colaborações com entidades e instituições diversas que aportem saberes e competências capazes de desenvolver novos potenciais e rumos educativos dentro da própria escola.

Ora a parceria primeira, a mais óbvia e insubstituível, realiza-se precisamente entre a escola e a família que, em estreita colaboração, poderão empreender esse estimulante caminho desde a criança que tomam nos braços até ao cidadão competente, autónomo, solidário, responsável e útil que inicia uma vida de trabalho e de participação activa na sociedade.

A educação e o acompanhamento dos filhos em todo o processo educativo são não apenas um direito, mas uma obrigação dos pais. É da família que depende a definição de um quadro de referências que acompanhará a criança e o jovem ao longo da sua vida. A família é, portanto, a primeira das instâncias educativas e surge como um determinante muito forte dos resultados dos alunos, pelo que a escola deve

---

\* Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

actuar como um parceiro na educação das crianças e dos jovens e deve envolver os pais, incentivar a sua participação e trabalhar colaborativamente com eles. Tanto as famílias como as escolas e, sobretudo, as crianças, têm a ganhar e muito com uma relação mais estreita, com uma colaboração em parceria, com uma relação feita de confiança mútua.

Em Portugal, a participação das famílias na vida das escolas, nos diferentes níveis em que a mesma se pode concretizar, tem evoluído positivamente nas últimas décadas, mas ainda não tem a expressão verificada na maioria dos nossos parceiros da UE. Apesar da significativa evolução a nível legislativo, no que respeita à participação dos pais na vida da escola, esta parece adoptar uma atitude defensiva, ao optar por formas tradicionais e formais de relacionamento com os pais, como sejam, chamá-los quando há problemas, enviar-lhes mensagens escritas ou convocá-los para reuniões. E os pais parecem considerar que só se vai à escola quando os filhos têm algum problema, alguma dificuldade ou participaram numa situação de indisciplina. De certa forma, as escolas ainda não se abriram suficientemente às famílias e as famílias ainda não se envolvem, tanto quanto seria desejável e necessário, na vida escolar das crianças e dos jovens.

Os pais não podem ser apenas tolerados na escola, mas sim desejados e bem acolhidos. Muitas famílias carecem mesmo de apoio para que possam ajudar melhor os seus filhos e para que se integrem e participem cada vez mais na vida escolar das suas crianças e também nas decisões tomadas no interior da própria escola. Nesta perspectiva, a formação parental pode estimular e ajudar a fortalecer a efectiva parceria entre pais e professores, entre escola e família.

Além disso, a escola concebe, por vezes, um modelo ideal de pai e importará evitar que só esse modelo, que está em sintonia cultural com a escola, o pai que conhece e compreende o mundo escolar, seja chamado a participar. O importante seria envolver todos, e particularmente os pais que estão em tensão cultural com a escola, que não compreendem a escola e que precisam de apoio, de formação, de ajuda para vencer esse choque cultural,

numa escola que se afirma como espaço de cultura e de aprendizagem no qual também os pais possam aprender e colaborar na educação escolar dos seus filhos.

Com famílias que se envolvem e participam mais activamente na educação e na vida da escola, será possível esperar que os pais façam e ajudem os seus filhos a fazer escolhas intencionais, escolhas informadas, escolhas livres entre as diversas vias educativas, condições de ensino e projectos de educação que existem na sociedade.

Estas foram algumas das principais questões debatidas no Seminário *FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: QUE RELAÇÃO PARA O FUTURO?* organizado pelo Conselho Nacional de Educação, em Maio de 2004, em parceria com a Coordenação Nacional para os Assuntos da Família, no âmbito das Comemorações do décimo aniversário do Ano Internacional da Família.

Este Seminário estruturou-se, fundamentalmente, com base em duas Conferências e dois Painéis, umas e outros enriquecidos pelos debates a que deram origem. Na primeira Conferência, para além de alguns elementos de ordem histórica, traçou-se uma visão panorâmica do lugar da educação e da família no presente quadro constitucional português. Na segunda Conferência, propôs-se uma leitura acerca do sentido actual da intervenção do Estado, tendo nomeadamente em conta as sociedades do conhecimento e de inovação em que vivemos. Quanto aos Painéis, que integram contributos de diferentes horizontes teóricos e práticos, incidiu o primeiro sobre a participação dos pais na vida da escola e no acompanhamento dos filhos. O segundo tratou, por sua vez, a liberdade de opção educativa e formativa, com particular atenção ao problema das relações entre escolas estatais e não estatais.

Deve sublinhar-se a pluralidade e a riqueza das intervenções produzidas, atendendo até à complexidade dos temas em causa. Os debates acabariam por revelar alguma aproximação entre posições que, à partida, eram mais diferenciadas e podem assinalar-se algumas perspectivas que, até pelo seu carácter transversal, mereceram particular atenção. Assim sucedeu, por exemplo, com a tónica colocada nos vários planos e variáveis de uma

comunicação regular, e sem sobreposições, entre a família e a escola, sem esquecer o papel das associações de pais e encarregados de educação; assim aconteceu, também, com o reconhecimento da relevância do trabalho desenvolvido por cada escola, seja pública ou privada, em termos de “valor acrescentado”, ou seja, de diferença entre as competências à entrada e à saída da escola; assim se verificou, ainda, com as reflexões efectuadas sobre a evolução do Direito e as novas funções do Estado, mas sem negligenciar o papel da consciência cívica e da consciência cultural; assim ocorreu, por último, quando se defendeu ser a educação parental um dos temas mais poderosos para os próximos anos, uma das áreas mais importantes no estudo e na evolução da sociedade.

O livro que agora se edita traz a público as intervenções e os debates realizados no referido seminário e pretende ser um contributo para a reflexão e para o debate esclarecido, com vista ao necessário aprofundamento e enriquecimento das relações entre a escola e a família e numa perspectiva de melhoria da educação.